

Bresser afirma que fim da moratória só depois de acordo com os bancos

CURITIBA — “O Brasil só suspenderá a moratória quando houver concluído com os bancos um acordo de reestruturação de sua dívida nos termos de sua proposta do último dia 25 de setembro, que deverá se constituir no ponto de partida para as negociações em curso.” A afirmação faz parte de uma nota distribuída ontem em Curitiba pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao reafirmar a disposição do Governo brasileiro de não fazer qualquer pagamento simbólico dos juros, que evite a desclassificação da dívida nos Estados Unidos, antes de um acordo com os bancos americanos.

— Não estamos dispostos a perder reservas para pagar juros aos banqueiros. Se aceitarmos esta proposta de pagar dois meses em atraso e reiniciar os pagamentos regulares dos juros, a cada mês, estaremos suspendendo a moratória e os banqueiros perderiam a pressa em acertar o acordo — disse Bresser Pereira.

Segundo ele, essa posição mais firme “não é coisa de radical nem de nacionalista”. O Brasil, afirmou o Ministro, está disposto a renegociar. Embora a proposta de conversão da dívida em capital de investimentos e em títulos tenha recebido uma rea-

ção inicial muito negativa, acabou sendo aceita na última reunião dos credores.

O Ministro Bresser Pereira considera que este é o momento ideal de pressão para o Brasil, porque o Governo americano precisa decidir até o próximo dia 25 a desclassificação ou não da dívida brasileira, implicando em prejuízos de 10% a 15% para os banqueiros. “Espero que eles superem esse problema e não sejam obrigados a lançar prejuízos muito grandes. Do lado do Brasil não podemos mais aceitar a solução falsa de empurrar o problema com a barriga numa renegociação eterna de juros e prazos que levaria a dívida a crescer 70% a cada dez anos”, disse o Ministro.

A proposta, reafirmou, além da redução do **spread** (taxa de risco), da entrada de dinheiro novo e da dilatação de prazos, é o lançamento de títulos públicos, que seriam comprados pelos bancos internacionais, reduzindo a dívida.

— A ideia de transformar os créditos em capital de investimento é limitada porque implica conversão dos dólares em cruzados e isto aumentaria a dívida interna.